

# TRABALHO, RIQUEZA E DOMINAÇÃO NO SERTÃO DO NORDESTE DO BRASIL

GERARDO CLESIO MAIA ARRUDA\*

## 1. INTRODUÇÃO

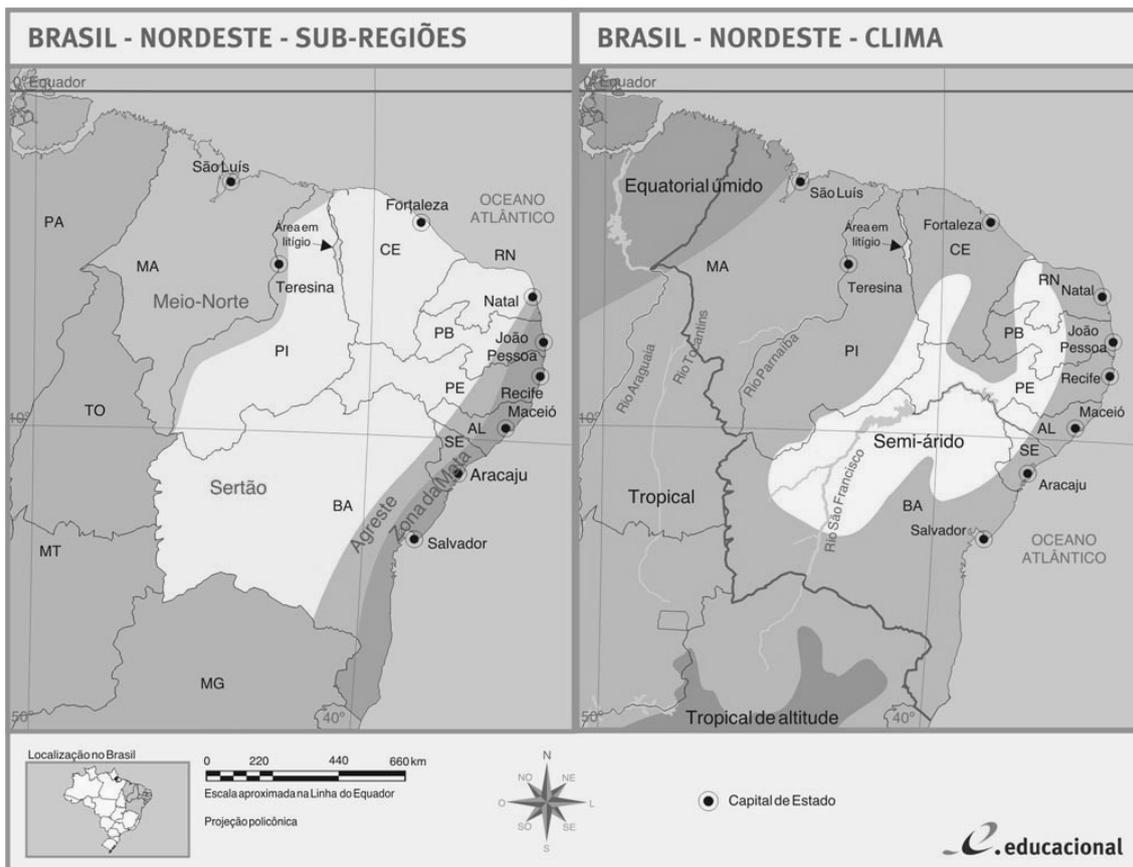
A intenção primordial deste artigo, apoiado numa re-leitura da discussão acerca da exploração econômica do semi-árido<sup>1</sup>, é levantar aspectos que possibilitem a reflexão sobre as fontes de riqueza existentes neste espaço do Nordeste brasileiro e verificar como a partir daí se erige sua estrutura de classe. A idéia do *Nordeste miserável* é construída na literatura, inicialmente com o romance **O sertanejo** (1875), de José de Alencar, e, no campo científico, através do trabalho de Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868). Mas é em **Os Sertões**, publicado em 1902 por Euclides da Cunha (1979), que se produzem assertivas de cunho valorativo essenciais para a consolidação deste Nordeste no imaginário nacional. Pois, ao discriminar o sertão como um espaço marcado pela catástrofe, o estigmatizou como um lugar impossível de ocasionar riqueza. Suas impressões descortinam uma região castigada pelo sol inclemente e pela chuva torrencial e induzem à montagem de um quadro que desvenda uma terra num estado de permanente estio e que, de vez em quando, assiste a um período curto de chuvas torrenciais. Enfim, Euclides da Cunha descreve o sertão como inóspito, miserável, agressivo e condenado ao fracasso.

*Nordeste miserável* é uma construção que escamoteia a dominação exercida sobre o sertanejo, pois, ao naturalizar a miséria dos homens, nega a formação de riquezas produzidas ao longo dos anos na criação de gado, na plantação de algodão, na extração de óleos vegetais, e que continua a se produzir nas indústrias e nas modernas atividades de serviços.

A contraposição a esta imagem, romântica e sociologicamente construída, é aqui realizada a partir de uma descrição das relações de trabalho na zona rural, alicerçadas na exploração da terra através da *parceria*, na produção agrícola de base familiar e no trabalho do vaqueiro; em seguida, para compreender a estrutura social aí erigida, apontam-se aspectos materiais e simbólicos que a delimitam, mesmo considerando somente os trabalhadores agrícolas e das fazendas de gado, como formada por estratos distanciados; por fim, pontilham-se elementos que possibilitam uma reflexão acerca da distribuição da riqueza produzida.

---

<sup>1</sup> Como esclarecimento acerca da constituição do espaço nordestino, vale referenciar a divisão geográfica realizada por Andrade (1986), que decompõe o Nordeste em quatro grandes regiões: Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte (vide Mapa na página seguinte). A área do semi-árido, concernente à divisão natural do Nordeste, localiza-se tanto no Sertão como no Agreste.



Fonte: [www.aprendebrasil.com.br/atlas](http://www.aprendebrasil.com.br/atlas).

## 2. O TRABALHO NA FAZENDA DE GADO

A pecuária, a cotonicultura, a agricultura e o extrativismo vegetal constituíam-se nas principais explorações econômicas da zona rural do semi-árido no período que abrange o início da ocupação territorial até a primeira metade do século XX. A grande expressão do criatório de gado, neste espaço, levou João Capistrano de Abreu a defini-lo como uma sociedade atomizada em torno da pecuária: *a civilização do couro*. Grande parte dos instrumentos utilizados no cotidiano era confeccionada a partir do couro: do banco à porta da casa, da sandália ao chapéu, do arreio ao alforje. A periodização da pecuária, considerando sua importância segundo a ocupação do espaço físico, indica que nos séculos XVI e XVII as fazendas de gado se plasmaram por todo o Nordeste. Isto ocorreu através dos

*sertões de dentro, fazendas que acompanhavam o São Francisco e os rios Canindé e Gurguéia, afluentes do Parnaíba; e dos sertões de fora, fazendas próximas ao litoral nordestino, que confluíam no Ceará, atingindo, mais tarde, o Maranhão (Wehling e Wehling, 1994: 206)*

A capacidade de oferta de trabalho do criatório de gado do período colonial era extremamente reduzida: ao se constituir o empreendimento, empregava-se um maior número de pessoas; depois de localizadas as terras com pastagens e acostumado o gado à nova paragem, atividades que demandavam mais gente na sua realização, restavam as atividades típicas do vaqueiro, que se encarregava de todas as tarefas concernentes à criação dos animais (cf.

Abreu, 1999; Prado Júnior, 1985). No modelo de criação extensiva das primeiras fazendas coloniais, os pequenos criadores contavam com duzentas a trezentas reses e uns 25 a 30 cavalos, e os grandes criadores chegavam a contar de quinze a mais de vinte mil reses. Contudo, mesmo uma fazenda deste porte demandava pouco trabalho: estima-se que eram necessários vinte homens para dar conta do criatório (Jucá, 1989).

Apesar de absorver pouco trabalho, era forte a atração que a pecuária exercia sobre os braços disponíveis da Colônia, do Império e mesmo da República. Capistrano de Abreu (1999: 115) transcreveu em **Caminhos antigos e povoamento do Brasil** um trecho do documento *"Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhy"*, de autoria ignorada, que induz à especulação de que a pecuária provocou uma corrente migratória significativa em direção ao sertão nordestino. Diz o documento:

*Os mulatos, os mestiços e os pretos foros, tão avessos a todo trabalho, entregam-se com gosto a este, na esperança de um dia virem a ser fazendeiros, e tal esperança facilmente pode realizar-se, porque os vaqueiros são pagos em gêneros*

Darcy Ribeiro (1999) corrobora tal argumento, afirmando que *quarteação* – sistema de remuneração que destinava um bezerro para o vaqueiro a cada quatro nascidos – fundou uma exceção na economia escravocrata do Brasil colonial e atraiu homens que vislumbraram na pecuária a possibilidade de exercer um trabalho autônomo, na medida em que a realização de um trabalho livre, sem a rigidez reguladora da fazenda de cana-de-açúcar e com a possibilidade de vir a ser um proprietário de gado, foi o que motivou homens brancos pobres e mulatos livres do litoral a se submeterem ao trabalho de vaqueiro e ajudante no sertão nordestino, assim povoando este espaço do Nordeste.

Resumindo, a pecuária atraía muitos trabalhadores mas tinha uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, um paradoxo que provavelmente deve ter redundado, já no princípio da ocupação do sertão nordestino, na formação de excedente de força de trabalho. A quarteação adentrou o período republicano e se manteve como sistema de pagamento nas fazendas de gado até meados do século XX. Como afirma Girão (1980: 33), *"esse tipo de pagamento por quarteação, em uso até o início da primeira metade do século XX, era feito, geralmente, no fim de cada 'inverno', quando recolham os gados aos currais, para a ferra e outras providências"*. Portanto, o vaqueiro manteve junto a si, durante todo este período, a ilusão de que poderia, com o trabalho, alçar-se ao estatuto de fazendeiro, o que quase nunca se realizava.

No período em que a pecuária predominou como a principal atividade econômica se constituiu no semi-árido uma sociedade marcada por uma divisão simples do trabalho. A economia centrava-se na fazenda de gado. Aos homens cabiam as tarefas concernentes ao trato dos animais: o vaqueiro campeava em busca do gado que pastava a esmo, ferrava o animal com a marca do dono, realizava queimadas para revigorar as pastagens, cavava poços e cacimbas para saciar a sede do gado nos períodos de seca e fazia

parto, além de cultivar os alimentos nos roçados (Abreu, 1999). As mulheres dedicavam-se às tarefas domésticas e produziam objetos necessários à vida cotidiana e ornamentos artesanais (Porto Alegre, 1992)<sup>2</sup>. Os meninos e as meninas trabalhavam como auxiliares dos pais na pecuária, na agricultura, no artesanato e nos serviços domésticos.

O ciclo da mineração do século XVIII provocou alterações na estrutura produtiva colonial, destacando-se, dentre outras, a emergência e consolidação da produção de carne e couro na região Sul. Para Caio Prado Júnior, isso teria provocado o declínio desta atividade no sertão nordestino. Entretanto, a pecuária nunca deixou de ser praticada no semi-árido. Dados do Censo Agropecuário, compilados por Barreira (1992), indicam que desde os anos 30 a evolução quantitativa de cabeças de gado no Ceará é crescente: em 1935, contavam-se 900.000 cabeças; em 1945, 1.353.640; em 1955, 1.564.500 e no ano de 1965, 2.161.000. Em termos relativos, o crescimento de 1935 a 1945 foi de 50,40%; de 1945 a 1955, 15,58%; e, de 1955 a 1965, 38,13%.

Na verdade, o que ocorreu no semi-árido, ao longo do período que se estende do século XVIII ao XX, foi a emergência de outras fontes de geração de lucro econômico, entendido como a expectativa de que a remuneração do capital empregado no negócio seja igual ou superior a outras oportunidades de investimentos. A cultura algodoeira e o extrativismo vegetal passaram a produzir a maior parte do excedente de capital no semi-árido do século XIX (Nobre, 1989), além do que emerge já aí e se consolida como setor hegemônico, na primeira metade do século XX, a atividade comercial nas cidades (Menezes, 1995). Em suma, ocorreu uma desconcentração da fonte de acumulação, que se tornou difusa e constituída, principalmente, pela atividade comercial.

Mas a pecuária permaneceu sendo uma atividade que distinguia positivamente os que a exerciam, seja como criador ou trabalhador, na condição de vaqueiro. Isto no *campo simbólico*, porque a pecuária está na raiz do povoamento do sertão nordestino, bem como no aparecimento das cidades, que surgiram no esteio dos caminhos entre as fazendas de gado e os mercados do Recife e de Salvador (Abreu, 1999). Tais fatores contribuíram para a construção de uma imagem positiva do criatório, do fazendeiro de gado e do vaqueiro, que não arrefeceu nem mesmo com a ascensão das cidades ao *status* de centros administrativos e políticos.

Quando da ocupação do semi-árido, a valorização daqueles que trabalhavam na pecuária era mais visível, pois, como anota Capistrano de Abreu, *“todos queriam trabalhar de vaqueiro”*. No século XIX, todavia, este era ainda um desejo muito forte entre os sertanejos, como é possível perceber no relato de Henry Koster (1942), inglês que empreendeu viagem a cavalo, em 34 dias,

---

<sup>2</sup> A pesquisadora Sylvia Porto Alegre (1992: 16) revela, em seu estudo sobre a presença indígena na formação cultural sertaneja, a origem desta atividade: *“Valendo-se de práticas antigas dos índios da região, os jesuítas organizaram nos aldeamentos o trabalho indígena para a fiação e tecelagem de panos de algodão e redes de dormir, como forma eficaz de redução dos índios e uso compulsório dessa mão-de-obra para atender às necessidades da Igreja. Também ensinaram às meninas índias a confecção de rendas e bordados, que depois se difundiu entre a população pobre feminina”*.

entre as cidades de Natal e Fortaleza, em 1810. Ele chegou a definir este espaço como uma *sociedade de cavaleiros*. A valorização do vaqueiro também foi alvo de atenção nos romances regionalistas dos anos 30, como **Vidas secas** (1938), de Graciliano Ramos, que mostra a maneira exultante como o filho de Fabiano o assiste na montaria de um cavalo bravo.

Em **Os Sertões**, Euclides da Cunha também se refere ao vaqueiro de forma apologética; em princípio, como um *cavaleiro chucro e deselegante*, termos em que o delinea ao confrontá-lo com o *garboso cavaleiro* da região dos pampas, no extremo sul brasileiro. Para este último, seu trabalho é um divertimento e suas roupas um alegre traje de festa; já o sertanejo é o desengonçado sobre o cavalo maltratado. O gaúcho é, para Euclides da Cunha, a antítese do sertanejo; contudo, nesta terra que se transmuda, transmudam-se também homem e animal, e basta que a necessidade se imponha, uma rês se desgarrar e se embrenhe na mata, para que se assista a uma violenta transformação: o homem de aparência frágil se transforma num bravo cavaleiro; a vegetação agressiva, com seus galhos retorcidos e espinheiros, não é empecilho ao sertanejo em sua perseguição ao gado, pois, uma vez *encourado*, transpõe todos os obstáculos e sempre vence o animal, capturando-o e recolhendo-o para o curral. É o homem e o animal na mais perfeita sintonia: *“por onde passa o boi passa o vaqueiro com o seu cavalo”*.

No rude trabalho do vaqueiro, Euclides da Cunha encontrou as marcas de um homem possuidor de uma fortaleza imensurável. Conduzir o gado por terras extremamente áridas, enfrentar arbustos secos, espinhos, troncos e pedras para resgatar uma rês desgarrada, manter o gado vivo, aceso e capaz de sustentar, no período da seca, o peso de sua própria carcaça, são as tarefas que fazem o cotidiano do vaqueiro do sertão. Já o poeta Patativa do Assaré (1978) define em sua poesia o vaqueiro como um homem que não teme o perigo e realiza um trabalho que demanda esforço, habilidade e coragem:

*Da minha vida eu me orgúio,  
Levo a jurema no embrúio  
Gosto de vê o barúio  
De barbatão a corrê,  
Pedra nos casco rolando,  
Gaios de pau estralando,  
E o vaquêro atrás gritando,  
Sem o perigo temê.  
(O Vaquêro)*

A coragem como *ethos* do tipo humano sertanejo, representado na figura do vaqueiro, é um valor apontado pelos que estão inseridos nesta cultura e por aqueles que buscaram interpretar sociologicamente o sertão nordestino. Está presente nos relatos do início do século XIX, como no de Koster; no pensamento da intelectualidade urbana da passagem do século XIX para o XX, como se infere de Euclides da Cunha; e em descrições etnográficas de meados do século XX, como a realizada pelo suíço Jean-Pierre Chabloz, que conheceu e adotou o Ceará como sua terra natal nos anos 40. Ao discorrer sobre o vaqueiro, em seu trabalho **Revelações do Ceará**, esse autor descreveu sua

profissão como “*penosa, que exige muita sobriedade e desenvolve uma resistência física, uma coragem e uma audácia admiráveis” (Chabloz, 1993: 59, grifo nosso).*

Além da coragem, a honestidade é outro atributo utilizado para distinguir o vaqueiro do sertão nordestino. Ele trabalhava para um fazendeiro que quase não o conhecia, pois matinha com o dono da terra relações esporádicas, dado que este vivia no litoral, distante do cotidiano da fazenda; mas, apesar disto, o vaqueiro cumpria sua parte no trato, ao realizar o próprio pagamento quando na quarta cria punha a sua marca. Esta prática levou Euclides da Cunha a descrevê-lo como um tipo humano dotado de *honestidade* e que devotava ao patrão *uma rara fidelidade*, sendo-lhe o guardião de interesses.

### **3. O TRABALHO NA ROÇA**

A agricultura de subsistência surgiu concomitantemente à pecuária, uma vez que foi o vaqueiro que a iniciou com o objetivo de produzir complemento alimentar. Mas o que fundamentou sua importância na economia sertaneja foi o excedente de força de trabalho: num primeiro momento, se formou por aqueles que vinham com o gado e que não se efetivavam como vaqueiros, posto que, como dito anteriormente, a fazenda de gado, depois de consolidada, demandava poucos braços para a execução das tarefas; num segundo momento, o crescimento vegetativo da população sertaneja ensejou forte impulso de excedente de mão-de-obra. Em síntese, vigorou na área rural do semi-árido, até meados do século XIX, a seguinte situação: a pecuária, como principal atividade, não era capaz de gerar ocupações em quantidade suficiente para empregar toda força de trabalho disponível, restando a esta população excedente a alternativa de trabalho na produção de alimentos (Pinheiro, 1990).

Nem todos conseguem – ou conseguiram – ocupar uma pequena extensão de terra. A estes restou, para garantir a sobrevivência, somente a opção de trabalhar a terra na forma de *parceria*, pois, como assinala Porto Alegre (1992: 10, grifo nosso), “*as terras que não foram aproveitadas para a criação de gado foram arrendadas por posseiros que trabalhavam seus roçados em regime familiar*”. Para o economista clássico inglês David Ricardo (1772-1823), a limitação quantitativa da terra é uma condição fundamental para a emergência da renda da terra, de sorte que é justamente através do exemplo abstrato de um país que paulatinamente tem suas terras ocupadas e a população aumentada que ele demonstra os motivos determinantes do surgimento da renda da terra (cf. Teixeira, 2003). Trazendo esta questão para o semi-árido, vê-se que o monopólio da terra para a criação de gado foi o que fundou a renda da terra já no período colonial. Como os fazendeiros de gado detiveram o monopólio da terra no semi-árido, a restrição ao acesso para o cultivo de alimentos tem início já na ocupação deste espaço. As terras mais férteis foram utilizadas na criação do gado e, mesmo nas zonas úmidas, os fazendeiros combinaram interesses na criação de gado e plantação de grãos. Além do que, nos períodos de estiagem, se transportava o gado para áreas serranas do semi-árido, costume que ainda hoje se mantém.

O sistema de *parceria* no semi-árido se alicerça na cessão de terras feita pelo fazendeiro à família do agricultor, que aí constrói sua moradia, planta milho, feijão, mandioca e cria aves e animais de pequeno porte. Pelo uso da terra, o trabalhador remunera o fazendeiro com a terça, quarta ou meia parte da colheita. A questão que se traz aqui é: qual o interesse do fazendeiro na exploração agrícola na forma da *parceria*? O que o fazendeiro almeja com a adoção deste sistema é a ampliação do seu *lucro médio*. O criador de gado e aquele que cede a terra ao trabalhador agrícola são personificações do capital configuradas numa única pessoa, que busca na exploração da terra o fornecimento de alimentos de baixo custo para aqueles que trabalham na pecuária, promovendo, assim, a redução do preço do trabalho aí despendido.

É também este indivíduo que se apropria, na forma de renda da terra, de parte da produção do milho produzido pelo *agricultor parceiro*, para utilizar na alimentação do gado, assim como das ramas de feijão após a realização da colheita, provocando, com isto, a redução do custo de insumo do criatório. Tem-se, então, na pecuária do semi-árido, como também observou Martins (1998) para a zona cafeeira do período colonial, a adoção de relações de trabalho não-capitalistas, tencionando a reprodução ampliada do capital. Nesta troca não mediada por moeda, o sertanejo, ao garantir sua sobrevivência, transforma-se num mecanismo que propicia a acumulação de capital do fazendeiro.

O agricultor sertanejo no sistema de *parceria* vive numa terra que pode ser a qualquer momento *ocupada* pelo gado do fazendeiro, e que tão-somente lhe assegura a reprodução de sua miséria. São estes os motivos, engendrados nas relações de trabalho para a produção de alimentos, que determinam o *parceiro* como pessoa que se encontra sempre na iminência de migrar para outros lugares. Ora, ao viver submetido a estas condições, como poderia, então, o sertanejo se manter indefinidamente no mesmo local? Não se manteve, no passado, nem se mantém, atualmente.

Não há nada que torne o *parceiro* preso à terra cedida: o que tira dela só lhe permite reproduzir-se, não acumula, não assegura provisões para os *anos ruins* e a relação de trabalho com o fazendeiro não lhe garante nenhum direito. O sistema da *parceria* tem, também, a função de manter no campo uma oferta permanente de mão-de-obra, ao assegurar a existência de uma horda de andarilhos no espaço do semi-árido, que são os braços, inclusive de mulheres e crianças, necessários à limpa e à apanha do algodão e às atividades sazonais do extrativismo.

Vale aqui tecer algumas considerações sobre a prática da permissão de uso de terras do fazendeiro, concedida ao trabalhador pobre para que este plante alimentos. Já foi discutido que a produção agrícola na forma da *parceria* surgiu com a função precípua de reduzir o custo do trabalho e dos insumos do criatório e que, através do pagamento de uma renda, o trabalhador contribui para a reprodução do lucro do pecuarista. Contudo, a representação que se tem da permissão de uso de terras do fazendeiro ao trabalhador sem-terra é que aí, em vez de uma cessão com o objetivo de auferir lucro, ocorre uma *doação* para que o sertanejo possa sobreviver.

Ao se posicionar como alguém que, num ato *desinteressado*, faz uma *doação* de terra ao sertanejo, o fazendeiro escamoteia seu objetivo de obter lucro através de uma exploração do trabalho assentada em relações não-capitalistas; mas, além disso, angaria *prestígio* e *fidelidade* junto àqueles que recebem sua *doação*<sup>3</sup>. Ora, segundo Bourdieu (1998), a *doação* que não é restituída torna-se uma dívida, uma obrigação durável; e só o poder reconhecido, o reconhecimento, a fidelidade pessoal ou o prestígio afiançam a *doação*. Se, no período colonial, o acesso à terra era condicionado à detenção de poder político para a obtenção de sesmarias, na segunda metade do século XX o poder (agora econômico) ainda determinava o acesso à terra. Mas o prestígio aí originado assenta-se, tanto num como noutro período, na mesma estratégia: “*O prestígio do grande fazendeiro repousa no número de homens que possa controlar, o que depende da quantidade de terras que possa distribuir*” (Durhan, 1973: 84).

O fazendeiro do sertão do semi-árido esmera-se em negar a *ação econômica racional*. Com este mecanismo, reforça o mito do *bom patrão*. Isto se concretiza quando se esforça para que prevaleçam, nas suas relações com *vaqueiros* e *parceiros*, a proteção, o favor e a consideração. Ao contrário do *mau patrão* que, segundo DaMatta (1997: 287), sustenta “*as ligações impessoais e legais dos contratos, fazendo desaparecer o pessoal dentro do legal e do universal*”. Para o fazendeiro típico do sertão, as relações pessoais estão acima das relações contratuais, pois o que prevalece é o compromisso de honra. O interesse econômico é subsumido na relação fazendeiro-roceiro, salientando-se a informalidade no lugar do contrato. Enfim, ao *doar* um pedaço de terra ao sertanejo, o fazendeiro é apreendido como alguém que prestou um *favor*, escamoteando aí seu interesse de obter vantagens.

Além de milho, feijão e mandioca, os roceiros, seja os pequenos produtores quanto os trabalhadores sem-terra na relação de *parceria*, plantavam algodão, cultura que difere da produção de alimentos, caracteristicamente subsidiária (o que ainda permanece em alguns espaços do semi-árido) e que somente no século XX passou a ser explorada em escala comercial. A produção do algodão, ao contrário, já surge com o estatuto de mercadoria destinada à comercialização internacional. No entanto, por ser uma cultura de fácil manejo, que não exige maiores investimentos (após a sementeira, o único cuidado que se deve ter é com a limpeza da terra, feita de duas a três vezes ao ano), o algodão adaptou-se perfeitamente ao sistema de *parceria*. Na sua produção, a exploração do trabalho também se alicerça na forma da renda da terra, pois o trabalhador pagava pelo uso da terra com parte do algodão colhido; além do que, como as ramas de feijão, os pés de algodão, após duas ou três colheitas, eram apropriados pelo fazendeiro para a alimentação do gado<sup>4</sup>.

Os fazendeiros que *doavam* suas terras para que os *parceiros* plantassem milho, feijão, mandioca e outros gêneros alimentícios adotaram o mesmo

<sup>3</sup> Acerca desta questão, César Barreira (1992: 22) assevera o seguinte: “*É nesse quadro econômico que emerge e é reforçado o ‘compromisso moral’ que implica uma rede de dívidas e favores. O patrão é aquele ‘homem bom’ que ‘dá a terra’ para ser plantada*”.

<sup>4</sup> César Barreira (1977) diagnosticou na cultura algodoeira a apropriação do excedente obtido com a preparação do solo sem custo para o fazendeiro. Segundo ele, esta atividade também constitui um excedente de trabalho.

sistema no plantio do algodão. Já os pequenos produtores eram obrigados a vender por pouco dinheiro sua safra aos atravessadores, uma vez que não tinham condições de estocá-la nem de escoá-la para os beneficiadores localizados nas cidades do semi-árido e quase nunca recebiam o pagamento em dinheiro, por depender do fornecimento dos atravessadores de algumas mercadorias necessárias a sua sobrevivência, tornando-se, assim, presos a um sistema no qual estavam condenados a uma eterna dependência (Oliveira, 1981). Os beneficiadores e os grandes cultivadores eram a mesma pessoa, intermediando toda a produção do semi-árido e funcionando como entreposto da mercadoria aí produzida e as empresas exportadoras.

Com a introdução da cultura do algodão no semi-árido, operou-se uma impulsão na dinâmica de acumulação de capital na região<sup>5</sup>. Promoveu-se o enriquecimento de um segmento da população sertaneja, que já se arvorava de privilegiada, na medida em que possuía terras, criava gado e realizava a comercialização de mercadorias na região. Este grupo populacional acumulou riquezas fazendo a mediação do algodão cultivado pelos milhares de pequenos produtores e os compradores internacionais, os quais, por sua vez, funcionavam como intermediários das empresas têxteis estrangeiras, especialmente inglesas. O capital internacional fez-se presente na economia algodoeira através das empresas Sanbra, Clayton e Machine Cotton (Oliveira, 1981).

#### **4. DISTÂNCIA SOCIAL**

Henri Mendras, que se propõe elaborar uma teoria geral do campesinato, chama a atenção para o equívoco cometido por alguns analistas que não consideram a existência de diferenças entre os membros da coletividade camponesa. Segundo ele (1978: 101), isto resulta da comparação que se faz da sociedade camponesa com aquela que a envolve, uma vez que este contraste finda ressaltando a unidade interna da primeira. No entanto, para um entendimento mais aprofundado da estrutura social rural, é necessário tomar como referência a estratificação empiricamente verificável que há neste tipo de sociedade:

*Os camponeses ricos opõem-se aos médios e aos pequenos, e cada um desses grupos se subdivide, por sua vez; no último ponto da escala encontram-se aqueles que não possuem o suficiente patrimônio para nutrir-se e devem ir trabalhar para os demais*

Se entre os produtores agrícolas existe uma hierarquização relativa às condições de reprodução, ao se considerar o vaqueiro ela torna-se ainda mais ampliada, pois o vaqueiro encontra-se numa posição entre o *produtor agrícola sem terra* e o *produtor com terra*. No início do século XX, Gustavo Barroso (1962: 149-150) já tinha observado a distância social, tanto no campo simbólico como no da sobrevivência, entre *trabalhadores agrícolas sem-terra* e *vaqueiros*:

---

<sup>5</sup> A explosão produtiva que teve início no século XVIII perdurou por todo o século seguinte e resistiu até a primeira metade do XX. Apesar da rentabilidade do princípio não ter se mantido por todo o período, este foi um negócio que gerou lucros nada desprezíveis (Leite, 1994).

*Ao sertanejo pobre abrem-se duas carreiras: ou é vaqueiro de um fazendeiro qualquer ou agregado, isto é, morador nas terras do fazendeiro, trabalhando como jornaleiro seu, podendo ser expulso da noite para o dia. Sendo agregado ou morador arrastará vida miserável, sem casa, sem terra, sem gado, plantando na terra alheia, sempre dependente. Ao vaqueiro abre-se outra perspectiva. Guardará a fazenda, tirará sortes, poderá fazer um dia sua independência. Além disso, vestirá roupa de couro, correrá nas vaquejadas fazendo proezas, terá nome como pegador de gado, ou como capador de animais, ou ainda como curador de feridas e bicheiras*

Em suma, excetuando os trabalhadores das cidades e aqueles não diretamente ligados ao campo, a estratificação social do semi-árido pode ser descrita como formada pela existência de três estratos: os fazendeiros, que se encontram no topo, detêm o poder sobre as terras, criam gado e comercializam toda a produção aí realizada; em seguida encontram-se os pequenos proprietários que detêm melhores condições de sobrevivência do que os *vaqueiros* e os *parceiros*; entre estes dois últimos também há diferença, dado que os *parceiros* são aqueles sobre os quais, com maior intensidade, se abatem as agruras e o flagelo causados pelas fortes estiagens.

Vale observar que, mesmo situando-se em distintos estratos sociais, *vaqueiros* e *parceiros* mantêm com os fazendeiros uma relação direta, dado que estes cuidam de seus interesses no campo; já com os pequenos proprietários, os fazendeiros se relacionam comercialmente, deles adquirindo por preços ínfimos seus parques excedentes. Por outro lado, diferentemente da estreita relação entre patrão e trabalhador verificada nos espaços de exploração agropecuária (Marx, 1978), o que sobressai num primeiro plano da relação entre *vaqueiro*, *parceiro* e fazendeiro do sertão nordestino é a distância física. Isto impõe à análise da distância social na zona rural do semi-árido a consideração também de elementos constituintes da interação social do *vaqueiro* e *parceiro* com o fazendeiro.

Nas interações sociais sertanejas se constituiu a representação do *vaqueiro* como o preposto do fazendeiro, aquele que administra seus negócios referentes ao gado, alimentando-os, tratando-os e garantindo sua reprodução; zela e guarda os interesses do patrão ausente, com quem interage de vez em quando para contabilizar os ganhos. E o *parceiro* como aquele que ara, planta e colhe na terra *doada* pelo fazendeiro; assim sendo, como alguém que também cuida dos interesses do patrão ausente, valorizando com o seu trabalho as terras áridas, improdutivas para o criatório, realizando uma produção sofrível e restrita a sua alimentação e do gado. Estas representações escamoteiam a exploração do trabalho do *vaqueiro* e do *parceiro*. E talvez se encontre aí a resposta para a ausência de enfrentamentos por melhores condições de trabalho, e mesmo pela posse da terra, como os ocorridos na Zona da Mata, com as Ligas Camponesas comandadas por Francisco Julião<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Ao tratar desta questão no sertão cearense, César Barreira (1992: 47-48) afirma que “a partir da década de 1960 ocorreram alguns conflitos que assinalaram profundas fissuras na dominação tradicional do sertão. Esses conflitos desenrolaram-se de uma forma isolada,

## 5. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

Abreu (1999) e Prado Júnior (1985) defendem a noção de que no início da ocupação do sertão nordestino o gado era criado de forma extensiva, num território vasto e sem proprietário, onde somente o animal tinha valor e a terra não era apropriada, por consistir num espaço livre. Estes são os elementos que fundam a idéia do sertão nordestino do período colonial, como um grande e vasto curral que teria como objetivo fornecer alimento para as populações da grande lavoura da cana-de-açúcar e do interior de Minas Gerais; portanto, como produtor de uma mercadoria de pouco valor, remotamente vinculada ao capital mercantil interno. Já o algodão, muito embora considerado uma mercadoria de capital importância deste espaço do Nordeste, é vislumbrado como algo que despertou o interesse dos fazendeiros, em virtude, principalmente, da sua complementaridade em relação à pecuária, e que, por isto, não teria provocado alterações substanciais na estrutura social e econômica da região.

Na pecuária não havia a complexidade do engenho, com divisão do trabalho e hierarquia definidas, pois, como visto anteriormente, ao vaqueiro cabia prestar conta, e isto, eventualmente, somente ao proprietário da fazenda, sua remuneração apoiando-se na quarteação. Na produção da cana-de-açúcar encontravam-se claramente definidos os princípios da racionalização burocrática, haja vista que predominavam no engenho, dentre outras características, a função definida, a hierarquia funcional e a disciplina, elementos próprios da organização burocrática. Importa considerar esta realidade que situa, no que concerne à organização da produção, a pecuária em posição distinta da produção da cana-de-açúcar, porque acredito que se encontra neste tipo de análise que confrontou tais atividades a resposta para algumas interpretações que enfatizaram, sobremaneira, a economia do semi-árido como circunscrita ao criatório e ao algodão. Na verdade, isto é resultado da esquematização de oposições do seguinte tipo:

<b>GADO</b>	<b>AÇÚCAR</b>
Pobre	Rico
Secundário	Principal
Atrasado	Moderno
Irracional	Racional
Frouxo	Rígido

Ao descrever a economia do sertão nordestino, Manuel Correia de Andrade (1986: 173) rompe com a análise que limita sua exploração ao binômio pecuária-algodão, destacando a cera da carnaúba como uma mercadoria geradora de vultosos lucros e que ocupava grande quantidade de mão-de-obra: *“Pela extensão ocupada pelos carnaubais e pela multiplicidade de aplicações dos produtos da carnaubeira, podemos afirmar que há um complexo cultural na região, uma civilização da carnaúba”*. Por seu turno, Domingos Neto (1999) defende a idéia de que a produção de óleos vegetais tomou grande impulso na

---

*dentro de contornos geográficos bem precisos – no interior de cada fazenda – e guardam como característica comum o confronto direto entre camponeses e o proprietário rural”*.

Primeira Guerra e manteve-se como produto de valor até a Segunda Guerra, quando foi sendo paulatinamente substituída por sucedâneos sintéticos. Aponta também como mercadorias de interesse internacional a maniçoba, da qual se deriva a borracha, e que complementou a extração da seringueira, explorada de 1890 a 1913, além da amêndoa de babaçu, utilizada na produção de óleo, cujo apogeu se deu nos anos 50. O historiador Geraldo Nobre (1989: 246) também chama a atenção para o beneficiamento e a comercialização internacional de oleaginosas, já que o extrativismo vegetal propiciou uma era de prosperidade no período entre as duas Grandes Guerras e assentou-se no beneficiamento do caroço do algodão, da oiticica e de outras plantas nativas do Nordeste, como a carnaúba, a mamona e o babaçu:

*Este fato foi menosprezado pelos historiadores e analistas da economia nordestina, não obstante as estatísticas oficiais, que revelam a ascendência do Ceará já no início do quinquênio 1931-1935, quando este estado exportou produtos no valor de 56.206 contos de réis (em libras-ouro, 841.859), e, Pernambuco, no de 58.096 (em libras-ouro, 847.957)*

Se, por um lado, a economia do semi-árido não se restringia à produção de gado e de algodão, por outro, até a primeira metade do século XX, concentrava-se no setor primário, no que concerne à ocupação de força de trabalho. Havia uma parcela significativa da mão-de-obra ocupada na produção de alimentos, na condição de trabalhador sem-terra no sistema de *parceria*, que era também a força de trabalho utilizada na produção do algodão e no extrativismo vegetal, e uma fração menor dos trabalhadores nas fazendas de gado. No semi-árido, o emprego industrial, no período que vai até os anos 50, concentrava-se nas atividades da indústria têxtil, no curtume e no beneficiamento de oleaginosas, empreendimentos que se localizavam, sobretudo, nas capitais, enquanto os artesanais (como a confecção de chapéus da palha da carnaúba e de utensílios de trabalho agrícolas com matérias-primas locais) se espalhavam pelos aglomerados urbanos sertanejos. Um pouco mais expressivas eram as ocupações das atividades terciárias, predominantemente aquelas geradas no comércio das cidades.

Contudo, apesar de sua pouca expressividade em termos de volume de emprego gerado, a indústria existia no semi-árido já no século XIX, inclusive com uma produção destinada à exportação. Em estudo acerca da formação industrial cearense, Nobre (1989: 23) garante que nos fins do século XIX a *“indústria relacionou-se com a intensificação da lavoura algodoeira, estendendo-se ao interior, principalmente às cidades de Aracati e Sobral”*. Esse autor apresenta vários exemplos, da segunda metade do século XVIII à primeira metade do seguinte, de iniciativas de implantação de empresas industriais, algumas de curta duração e outras que perduraram por décadas. São iniciativas empreendidas no litoral, em Fortaleza, e no interior, compreendendo a fabricação de chapéus, guarda-sóis, cigarros, tecidos, roupas, calçados, velas de cera-de-carnaúba, alimentos e outros manufaturados. Ao resumir a trajetória específica da indústria têxtil cearense, Aragão (1989) data sua instalação no início dos anos oitenta do século XIX, crescendo em produto e emprego até 1930, adentrando de 1930 a 1940 um

período de estagnação para, em seguida, revitalizar-se, motivada pelas dificuldades de importação ocasionadas com a eclosão da Segunda Guerra.

As reflexões acerca da economia do semi-árido, que se assentam na existência de um baixo fluxo monetário, criaram a falsa impressão de que este era um *locus* não gerador de lucro econômico, o que, obviamente, não se verifica na realidade. Esta perspectiva de análise, de fato, induz a se enxergar aí tão-somente a pobreza. No sertão há, desde sua ocupação, produção de lucro. Sua apropriação é que se realiza fora do espaço produtor. Pode-se até falar em *lucro fácil*, considerando que, após o investimento inicial que dá partida ao processo de produção, quase não se faz necessário adiantar novamente dinheiro na produção, por ser mínima a necessidade de re-inversões e porque nem mesmo há remuneração do trabalho. O lucro torna a se realizar sem necessidade de remuneração dos fatores de produção. Feito o investimento inicial, realiza-se a circulação do capital sem que se proceda a novos adiantamentos.

Em suma, o baixo fluxo monetário aí existente não impossibilita a produção de riquezas. Na verdade, os fatores determinantes (pouca inversão e relações de trabalho não-capitalistas) desta situação econômica também fundaram a acumulação de capital na região, restrita a alguns poucos, que combinaram interesses nas atividades de criação, exploração agrícola, comércio e indústria. Notas de viajantes salientam, já no século XIX, a opulência ostentada por algumas famílias nas cidades do interior do semi-árido, as quais habitavam espaçosas construções sólidas e imponentes e consumiam produtos e mercadorias de luxo produzidas no exterior. Em viagem realizada na segunda metade do século XIX, Antônio Bezerra (1901: 68) se impressiona com a agitação de algumas cidades do sertão:

*Sons de piano por toda parte, os ramos e atividade nos estabelecimentos comerciais, certa correção nos trajes, um pouco mais que asseio no arranjo interno das habitações, agitação, vozeria, (...) tudo anuncia que se chega a uma terra laboriosa e civilizada*

O já citado Koster (1942: 161) anotou, maravilhado, no início do século XIX, a riqueza de algumas famílias que residiam nos aglomerados urbanos existentes no espaço que hoje constitui os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Ao ser recebido na Vila de Aracati por um abastado comerciante e fazendeiro da região, foi tratado de forma extremamente cortês, e, como ele próprio afirma, de igual forma ao tratamento recebido nas nobres famílias de seu país:

*Apareceram tres creados pretos pertencentes ao senhor Barrozo. O primeiro trazia uma vasta bandeja, cheia de excelentes e deliciosos pratos, vinho, doces etc.; o segundo carregava um jarro, com bacia de prata, toalha franjada, e o terceiro vinha saber se eu não desejava outra cousa, além do que me haviam mandado. Esse voltou com a minha resposta e os outros dois ficaram para servir-me, como julguei. Soube pelo meu guia que uma outra bandeja viera para os meus companheiros. (...) Na manhã seguinte veio o café matinal, com bolos, para mim, e o mordomo procurou-me para saber meus desejos. Durante*

*o tempo em que fiquei no Aracati, o senhor Barrozo providenciou para que eu e os meus fossemos tratados da mesma forma*

Vale ainda tentar responder à seguinte pergunta: para onde se dirigia a riqueza produzida no sertão? Primeiro, é preciso referenciar o processo de formação das cidades<sup>7</sup>. Em princípio, deve-se considerar que a economia do semi-árido não se restringe somente ao binômio pecuária-algodão, tanto no período colonial como no pós-colonial; por outro lado, as cidades do semi-árido se constituíram e se consolidaram em razão da necessidade de uma estrutura organizacional de apoio, num primeiro momento, à comercialização da carne, do couro e do algodão e, num segundo, como estrutura de apoio ao beneficiamento e importação de óleos vegetais. Portanto, não desconsiderando a observação de Djacir Menezes (1995: 92) de que “*as secas de 1877 e 1888, sucessivamente, determinaram a radicação, na capital, de várias fortunas, originárias do sertão, atraídas pelas perspectivas de negócios mais sedutores*”, creio que a necessidade de uma organização que sustentasse a acumulação de capital na pecuária, nas culturas algodoeira e oleaginosa foi o que acelerou a constituição de uma estrutura de comercialização nas cidades, tornando-as resultado de um processo histórico mais próximo do tipo especulado por Paul Singer (1981: 13):

*A produção do excedente alimentar é uma condição necessária mas não suficiente para o surgimento da cidade. É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração, enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classe. Pois, de outro modo, a transferência de mais-produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dela se apropriasse*

A sociedade de classes no semi-árido não é uma decorrência do surgimento das cidades. Porém, com as cidades, as classes sociais se consolidaram, o que as torna de mais fácil identificação e segmentação entre os que participam ou não diretamente da produção, os que se apropriam ou não do excedente, enfim, entre dominantes e dominados. Mas as cidades do semi-árido erigiram-se, também, por sobre a cultura do sertão, pois, na sua origem e fundação, encontram-se os fazendeiros que criavam gado e arrendavam terras para a produção de alimentos. Menezes (1995) aponta dois momentos da pecuária: um em que somente os vaqueiros e seus ajudantes se encontravam presentes no semi-árido, momento de intensas lutas com os indígenas; outro em que se dá a presença da família do dono do negócio, quando já não se registrava mais a resistência dos índios, mortos ou domados. Há outra ocasião que precisa ser

<sup>7</sup> Penso, como Queiroz (1973) e Sarmiento (1984), que, na relação cidade-campo, no lugar de uma separação rígida, o que predomina é um *continuum*, onde se verifica a presença de um no outro. O estudo de Redfield (1956) acerca das relações cidade-campo na península do Yucatán, no México, defende a noção de que entre estas duas esferas se sobressai a existência de uma relação de complementação econômica.

aqui anotada, que é a do deslocamento do fazendeiro com sua família para as cidades, quando estas se constituem e tornam-se relevantes como organizações administrativas. Aí o fazendeiro vai combinar interesses ao se instalar como comerciante e continuar explorando, na fazenda, a criação de gado, a extração de amêndoas e a plantação de algodão e alimentos.

É principalmente nas cidades sertanejas onde irão se localizar os sobrados, símbolos do poder patriarcal, como nos diz Gilberto Freyre<sup>8</sup>. Dos sobrados se originam dois tipos de dominação praticadas no sertão: um é o que se exerce através de uma relação pessoal, mas praticada à distância; neste, a riqueza se produz nas fazendas de criação de gado e nas plantações de algodão e a apropriação ocorre nos sobrados, nas cidades, sem que se exerça uma vigilância diuturna sobre o trabalho realizado: *“mesmo longe dos olhos do dono, o gado engorda”*. O outro tipo se dá através de uma combinação da dominação *racional legal e pessoal*, nas indústrias e nos comércios das cidades, comandados também pelos fazendeiros, que empregam e subjugam os sertanejos migrantes, agora através de uma relação assalariada, mas onde faz questão de manter elementos constitutivos da sua relação com *vaqueiros e parceiros*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (UFC), 1999.
- Andrade, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1986.
- Aragão, Elizabete Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem (1880-1950)**. Fortaleza, UFC, 1989.
- Assaré, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. Petrópolis, Vozes, 1978.
- Barreira, César. **Parceria na cultura algodoeira: sertões de Quixeramobim**. Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília (UnB), 1977. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.
- Barroso, Gustavo. **Terra de Sol: natureza e costumes do Norte**. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- Bezerra, Antônio. **Notas de viagem**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1901.
- Bourdieu, Pierre. **Le sens pratique**. Paris, Éditions de Minuit, 1998.

<sup>8</sup> Note-se que, na Introdução à 2ª edição de **Sobrados e Mocambos**, Freyre (1998: LXXVIII-LXXIX) defende o argumento de que o sistema de dominação patriarcal brasileiro representado na arquitetura não se restringe somente à área de Recife-Olinda: *“Da denominação ou mesmo da condição específica de ‘escravo’, em oposição a ‘senhor’, seria um erro fazer condição indispensável à existência de um sistema sociologicamente patriarcal-feudal, isto é, patriarcal-feudal em suas formas e seus processos principais de relações entre dominadores e dominados: a dominação, a subordinação, a acomodação. O sistema pode existir ou funcionar sob aparências as mais suaves: simples ‘coronel’ ou ‘major’, o senhor; ‘morador’, o servo. É o que parece ter sucedido em grande parte do Piauí, do Ceará, da área do São Francisco e do Rio Grande do Sul, dando a esses estados ou a essas áreas aparência de exceções puras e completas à predominância do sistema patriarcal-feudal, ou familiar-tutelar, característico da formação do Brasil em suas principais áreas de colonização mais antigas”*.

- Chabloz, Jean-Pierre. **Revelações do Ceará**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto (Secult), 1993.
- Cunha, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- DaMatta, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1997.
- Domingos Neto, Manuel. **O coronel e o doutor: o poder no Nordeste dos vaqueiros**. Fortaleza, Brochura, 1999.
- Durhan, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- Freyre, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo, Record, 1998.
- Girão, Valdelice Carneiro. "As charqueadas". In Souza, Simone de. **História do Ceará**. Fortaleza, UFC, 1980.
- Jucá, Gisafran Nazareno. **O papel da pecuária e do algodão**. In Souza, Simone de. **História do Ceará**. Fortaleza, UFC, 1989.
- Koster, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil (Travels in Brazil)**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.
- Leite, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880)**. Fortaleza, Secult, 1994.
- Martins, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo, Hucitec, 1998.
- Marx, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- Mendras, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Menezes, Djacir. **O outro Nordeste**. Fortaleza, UFC, 1995.
- Nobre, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)/Departamento Regional do Ceará, 1989.
- Oliveira, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- Pinheiro, Francisco José. **A organização do mercado de trabalho no Ceará (1850/1880)**. Dissertação de Mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1990. (mimeo)
- Porto Alegre, Maria Sylvania. **Fontes inéditas para a história indígena no Ceará**. Fortaleza, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS/UFC), 1992.
- Prado Júnior, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1973.
- Redfield, Robert. **O mundo primitivo e suas transformações**. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1956.
- Ribeiro, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- Sarmiento, Walney Moraes. **Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- Singer, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Teixeira, Francisco José Soares. **Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica**. Fortaleza, Brochura, 2003.
- Wehling, Arno e Wehling, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

---

\* *Gerardo Clesio Maia Arruda é economista, especialista em Geografia Humana, mestre e doutor em Sociologia (Universidade Federal do Ceará/UFC) e professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Faculdade Sete de Setembro (FA7).*